

**PLANO REGIONAL DE SANEAMENTO COM BASE
MUNICIPALIZADA NAS MODALIDADES ÁGUA,
ESGOTO E DRENAGEM URBANA DOS
MUNICÍPIOS DE: AREAL, CARMO, SÃO JOSÉ
DO VALE DO RIO PRETO, SAPUCAIA,
SUMIDOURO E TERESÓPOLIS.**

**PROJETO DE COMUNICAÇÃO E
MOBILIZAÇÃO SOCIAL (PCMS) –P2**

RELATÓRIO
1324-C-00-GER-RT-002

REV.	DATA	DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO	APROVAÇÃO	VISTO
0	12/13	Emissão inicial	ASSP/CNMS		
1	02/14	Atendendo comentários	ASSP/CNMS		

APRESENTAÇÃO

Este relatório é parte integrante do Contrato nº 020/2013 do processo E-07/000.491/2012, celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE-SEA e o Consórcio ENCIBRA S.A. Estudos e Projetos de Engenharia/PARALELA I Consultoria em Engenharia Ltda para a Elaboração de Estudos e Projetos para Consecução do Plano Regional de Saneamento com Base Municipalizada nas Modalidades Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e drenagem urbana dos Municípios de Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis.

O Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB tem como objetivo primordial atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico, estabelecidas na Lei Federal n. 11.445/2007. De acordo com o art. 19 desta Lei, o Plano de Saneamento Básico abrangerá, no mínimo, os seguintes aspectos:

- I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistemas de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;
- II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;
- III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;
- IV - ações para emergências e contingências;
- V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

Diante do exposto, a iniciativa de elaboração do Plano de Saneamento Básico se insere no propósito dos Governos Municipais de Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis, apoiado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria do Ambiente – SEA, CEIVAP, AGEVAP, INEA e Comitê Piabonha, em buscar continuamente o acesso universalizado ao saneamento básico a todos os municípios, pautado na Lei Federal n. 11.445/2007, regulamentada pelo Decreto n. 7.217, de 21 de junho de 2010.

Por fim, o Plano Regional está dividido em 7 (sete) etapas, onde o presente trabalho contempla o Produto 2, denominado Relatório 1 - P2 - Projeto de Comunicação e Mobilização Social (PCMS).

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	6
2	PRESSUPOSTO LEGAL PARA O CONTROLE SOCIAL	8
3	IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS	12
3.1	Finalidade da Equipe Técnica do Consórcio (ET)	14
3.2	Caracterização do Grupo de Acompanhamento (GA)	14
3.3	Caracterização dos Grupos Técnicos Municipais (GTM)	15
3.4	Caracterização da Participação da Sociedade Civil Organizada (SCO)	16
3.5	Caracterização da participação da População em geral no PMSB	17
4	INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	18
5	DIVULGAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO PMSB	19
6	ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO	20
7	REALIZAÇÃO DOS EVENTOS	21
8	METODOLOGIA DOS EVENTOS	22
8.1	1º Seminário Técnico	22
8.2	Visita a Campo	23
8.3	2º Seminário Técnico	24
8.4	Audiência Pública	25
9	AÇÕES ESPECÍFICAS DE MOBILIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	26
9.1	Comunicação	27
9.1.1	Rádios comunitárias	27
9.1.2	Jornais	27
9.1.3	Assessorias de imprensa dos municípios	28
9.2	Aplicação de Questionário	31
10	CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES	32
11	ANEXOS	33
	Anexo I – Atores Sociais Identificados:	33

Anexo II – Jornal Final (Modelo).....	37
Anexo III – Questionário.....	38

1 INTRODUÇÃO

A Elaboração dos Estudos e Projetos para Consecução do Plano Regional de Saneamento com Base Municipalizada nas Modalidades Água, Esgoto e Drenagem Urbana dos Municípios de Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis, tem como objetivo primordial atender as diretrizes nacionais para o setor de saneamento básico, estabelecidas na Lei Federal n.11.445/2007.

Para subsidiar o Grupo de Acompanhamento (GA) e os Grupos Técnicos Municipais (GTM), são descritos, no mínimo, os serviços que serão executados ao longo do desenvolvimento dos Planos Municipais de Saneamento Básico e do Plano Regional de Saneamento.

I – Projeto de Comunicação e Mobilização Social (PCMS) – requer a participação da sociedade que deverá ocorrer ao longo de todo o período de elaboração do Plano Regional de Saneamento.

II – Avaliação e eficácia da gestão e da melhoria das políticas e serviços públicos por parte da população;

III – Definir metodologia, mecanismos e procedimentos que permitam sensibilizar o maior número de atores sociais para a realização dos trabalhos, com a participação nos Seminários Técnicos e Audiências Públicas;

IV – Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do Plano Regional de Saneamento; Disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nas fases decisórias do Plano; Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento, acompanhamento e fiscalização das ações previstas.

V – Deverá ser elaborado um cronograma, onde deverá conter a programação das principais atividades:

- Identificação dos atores sociais envolvidos no processo de elaboração do Plano Regional de Saneamento;
- Definição da estratégia de divulgação, disponibilização dos conteúdos e demais informações pertinentes e respectivos meios de comunicação local;

- Divulgação da elaboração do Plano Municipal de Saneamento junto à comunidade, tanto rural como urbana;
- Capacitação dos atores sociais interessados;
- Realização dos eventos visando a identificação e discussão da realidade atual (diagnóstico) dos serviços de saneamento básico;
- Definição da metodologia das plenárias, utilizando dinâmica e instrumentos didáticos com linguagem apropriada.

2 PRESSUPOSTO LEGAL PARA O CONTROLE SOCIAL

A Lei Federal n. 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, tratou de resguardar o direito ao controle social como princípio fundamental (art. 2º, Inciso X). No texto da lei, o controle e participação da sociedade são aspectos essenciais para a consolidação da política e encontram-se enunciados ao longo de todo o texto.

A definição e o alcance do controle social estão expressos no art. 3º, Inciso IV, mostrado a seguir:

[...]

IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

[...]

Dessa forma, como exercício do direito fundamental da cidadania (CF, art. 1º, Inciso II), cabe à sociedade a participação nos processos de formulação, planejamento e avaliação dos serviços públicos de saneamento básico.

Já para o titular dos serviços, cabe à formulação da política pública de saneamento básico, sendo obrigatória a elaboração de mecanismos de controle social, como define o art. 9º, Inciso V da referida lei:

Art. 9º O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

[...]

V - estabelecer mecanismos de controle social, nos termos do inciso IV do caput do art. 3º desta Lei.

[...]

Quando se trata da validação dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, a lei estabelece a obrigatoriedade da realização de audiências públicas, entre outras, como mostra a seguir:

Art. 11. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I - a existência de plano de saneamento básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, como no caso dos serviços prestados pela Cedae, deverão ser previstos mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços, como condições para a validade desses contratos, de acordo com o art. 11, §2º, Inciso V:

[...]

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços.

[...] [grifo nosso]

Com relação aos aspectos econômicos e sociais (Capítulo VI), a lei determina que, quando das revisões tarifárias dos serviços prestados, essas deverão ter suas pautas definidos pelas respectivas entidades reguladoras, ouvidos os titulares, os usuários e os prestadores dos serviços (Lei n. 11.445/2007, art. 38, §1º). Ou seja, é condição necessária a participação social quando da revisão das tarifas, sejam elas periódicas ou extraordinárias.

O Capítulo VIII da referida LNSB trata da participação de órgãos colegiados no controle social. O art. 47, mostrado a seguir, explica como se dá essa representação:

Art. 47. O controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá incluir a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo, estaduais, do Distrito Federal e municipais, assegurada a representação:

I - dos titulares dos serviços;

II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV - dos usuários de serviços de saneamento básico;

V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

Estas funções e competências dos órgãos colegiados poderão ser exercidas por órgãos colegiados já existentes (Lei 11.445/2007, art. 47, §1º), desde que adaptadas às leis que o criaram.

A forma de participação e controle social se dá, sobretudo quando do processo de elaboração e revisão dos planos de saneamento básico, como expresso no art. 51, por meio de consulta ou audiência pública:

Art. 51. O processo de elaboração e revisão dos planos de saneamento básico deverá prever sua divulgação em conjunto com os estudos que os fundamentarem, o recebimento de sugestões e críticas por meio de consulta ou audiência pública e, quando previsto na legislação do titular, análise e opinião por órgão colegiado criado nos termos do art. 47 desta Lei.

Parágrafo único. A divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentarem dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor a todos os interessados, inclusive por meio da internet e por audiência pública.

O exercício do controle social dos serviços públicos de saneamento se dá pela adoção, entre outros, dos mecanismos descritos no art. 34, Capítulo IV, do Controle Social, do Decreto n. 7.212/2010, que regulamentou a Lei n. 11.445/2007.

Art. 34. O controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá ser instituído mediante adoção, entre outros, dos seguintes mecanismos:

I - debates e audiências públicas;

II - consultas públicas;

III - conferências das cidades; ou

IV - participação de órgãos colegiados de caráter consultivo na formulação da política de saneamento básico, bem como no seu planejamento e avaliação.

De acordo com GALVÃO JÚNIOR e XIMENES (2007)¹, da análise das formas de participação e controle social, o processo de participação engloba alguns estágios, sendo o inicial quando a população é apenas informada do processo e pode ser caracterizado como

¹ GALVÃO JUNIOR, A. C.; XIMENES, M. M. A. F. Desafios para os conselhos de saneamento básico. In: GALVÃO JUNIOR, A. C.; XIMENES, M. M. A. F. (Eds). **Regulação**: controle social da prestação dos serviços de água e esgoto. Fortaleza: Pouchain Ramos, 2007.

forma de participação passiva. Uma forma de participação mais avançada é quando a população já exerce certo poder de influência no processo decisório, mas em um grau ainda não expressivo. Já o nível de participação mais avançado se dá quando a população tem o processo controlado por ela, onde o poder é transferido à população.

Dessa concepção, deve-se garantir que tanto para o planejamento, quanto para implementação dos Planos de Municipais de Saneamento de Básico de Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis, a participação e o controle social caminhem na direção do último estágio de participação, que entende-se estar configurado na figura dos órgãos colegiados, definidos no Inciso IV, do artigo anteriormente referido.

Dessa forma, pode-se exercer o controle social e garantir a participação da sociedade na elaboração e revisão dos planos de saneamento básico previstos na lei. Os Planos Municipais de Saneamento Básico da bacia do Piabanha são inovadores no sentido de ir além do que determinam as diretrizes nacionais para o saneamento básico no tocante ao controle social do processo de elaboração do Plano, na medida em que promove outras formas de participação da sociedade, além da consulta e audiência públicas.

- Complementarmente a Lei n. 11.445/2007, cabe observar a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, instituída pela Lei n. 9.795/1999 e regulamentada pelo Decreto n. 4.281/2002 que consiste em um conjunto de ações junto as famílias moradoras dos municípios, visando à construção da consciência sanitária/ambiental de forma individual e coletiva, através do acesso à reflexões e informações necessárias para o pleno exercício da cidadania.

3 IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

Com base nos pressupostos legais apresentados no item anterior, foi idealizado o Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento-PEAMSS.

O PEAMSS apresenta, entre suas diretrizes, aspectos determinantes para que as demandas comunitárias por saneamento básico sejam, de fato, atendidas. No entanto, não é um programa que pretende intervir diretamente na problemática do saneamento por meio de estratégias pré-definidas, construídas exclusivamente pelo Poder Público e baseadas em relatórios técnicos. Ele apresenta, sobretudo, um caráter orientador e articulador das ações de controle e participação social a serem desenvolvidas.

O programa busca estabelecer convergências com outras políticas públicas e a otimização dos recursos investidos no setor, estimulando os diversos atores sociais envolvidos a contribuir ativamente, aportando suas potencialidades e competências, em um permanente processo de construção coletiva.

O convite e incentivo à gestão comunitária busca proporcionar o direito de todos à cidadania e a seus serviços públicos, os quais devem ser operados de forma equânime, sustentável e permanente. A experiência demonstra que a efetivação das ações de saneamento é fortalecida na medida em que são valorizadas as inúmeras potencialidades e diferenças regionais existentes.

A Participação Comunitária e o Controle Social buscarão estimular os diversos atores sociais envolvidos para interagir de forma articulada e propositiva na formulação de políticas, na construção dos planos municipais de saneamento, nos planos diretores municipais e setoriais, assim como na análise dos estudos e projetos realizados, no acompanhamento das obras em execução e na gestão dos serviços de saneamento. A ideia é que a comunidade seja mais do que a beneficiária passiva dos serviços públicos, seja atuante, defensora e proponente dos serviços que deseja em sua localidade, por meio de canais de comunicação e de diálogo entre a sociedade civil e o poder público.

Tendo em vista a estrutura complexa tanto da sociedade, quanto do Plano Municipal de Saneamento Básico, o controle social precisa ser sistematizado de forma estratégica a fim de que seus objetivos sejam efetivamente cumpridos, de acordo com os recursos humanos e financeiros disponíveis.

Nesse contexto, foi desenvolvida uma metodologia de trabalho que aborda a interação dos atores envolvidos em cinco níveis graduais, com suas funções e relações específicas, conforme apresentada na **Figura 1**.

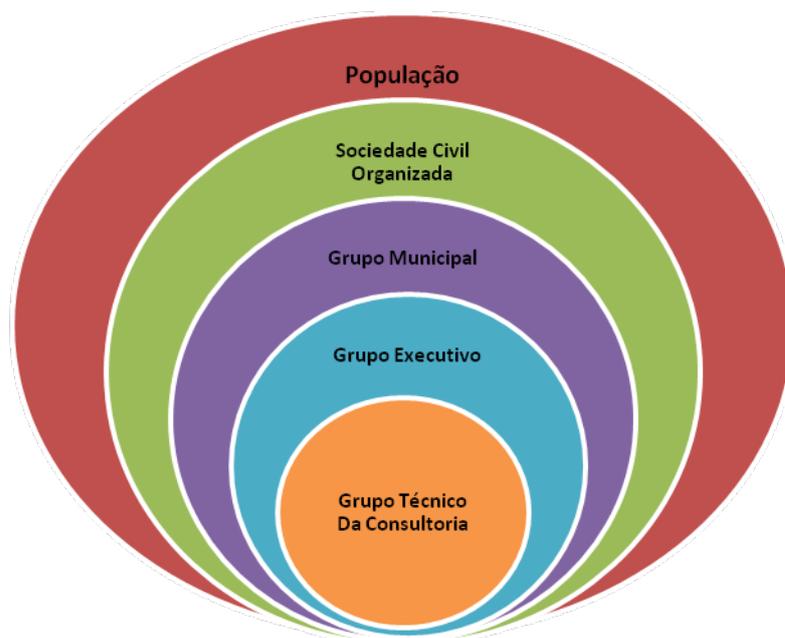


Figura 1: Grupos de atores envolvidos na elaboração dos Planos Municipais e Relatório Regional de saneamento básico da Bacia do Piabanha

Os atores sociais estão sendo identificados ao longo do desenvolvimento dos serviços.

No **Anexo I** apresentamos a lista de pessoas já identificadas pela sua importância quer como participante direto no subsídio de informações quer como irradiador de informação e mobilizador da população.

3.1 FINALIDADE DA EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO (ET)

O Consórcio Encibra / Paralela I tem como finalidade elaborar os o Plano Municipal de Saneamento Básico nas modalidades de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana dos Municípios de Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis, estabelecendo normas, critérios e informações que permitam a apresentação dos produtos, conforme definidos no Termo de Referencia, com o apoio e a fiscalização da SEA, AGEVAP, das Prefeituras Municipais e a participação dos Atores Sociais, através de visitas de campo e seminários.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO (GA)

Grupo de Acompanhamento (GA)	
Componentes	Equipe da SEA e AGEVAP.
Atribuição	Realização de medições mensais para acompanhamento da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de: Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis; Divulgação de dados e informações públicas concernentes aos estudos do Plano de Saneamento Básico dos Municípios anteriormente citados; Intermediação das relações com os Grupos Técnicos Municipais; Participação nos Eventos Abertos.
Forma de relacionamento com o Consórcio	Realizar reuniões mensais para apresentação e discussão dos produtos.
	Contatos via telefone; e-mail e outros
	Reuniões periódicas de trabalho de acordo com as demandas apresentadas.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS TÉCNICOS MUNICIPAIS (GTM)

Grupos Técnicos Municipais (GTM)	
Componentes	Técnicos da Prefeitura e representantes designados pela mesma.
Atribuição	<p>Promover ampla divulgação e mobilização da sociedade para participação das atividades programadas e repassar informações e documentos necessários aos atores sociais;</p> <p>Acompanhar e participar das visitas técnicas;</p> <p>Disponibilizar e facilitar o acesso às informações públicas pertinentes aos estudos para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de: Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis;</p> <p>Acompanhar todas as etapas de elaboração do Plano de Saneamento Básico dos Municípios citados;</p>
Forma de relacionamento com o Consórcio	Contatos via telefone; e-mail e outros.
	Reuniões periódicas de trabalho de acordo com as demandas apresentadas.

3.4 CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (SCO)

Sociedade Civil Organizada (SCO)	
Componentes	Representantes de ONGs, Associação de Moradores, Comitês e Colegiados.
Atribuição	Apontar quais as demandas prioritárias na área de saneamento juntamente com o Grupo Técnico Municipal (GTM); Interagir e difundir os resultados dos Planos Municipais de Saneamento Básico através de suas redes; Participação nos eventos abertos e em visitas técnicas ao campo, em conjunto com o GTM.
Forma de relacionamento com o Consórcio	E-mail: prsb.piabanha@gmail.com e Blog Spot: prsb-piabanha.blogspot.com.br, para difusão dos resultados com espaço para críticas e sugestões.
	Contatos via telefone; e-mail e outros.
	Participação nos eventos abertos.

3.5 CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EM GERAL NO PMSB.

População	
Componentes	População residente em áreas urbana e rural do dos Municípios de: Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis.
Atribuição	<p>Apontar as demandas prioritárias na área de saneamento básico, juntamente com o Grupo Técnico Municipal (GTM) e a Sociedade Civil Organizada (SCO), diretamente ou por meio eletrônico ou nos sites das Prefeituras;</p> <p>Discutir os resultados do Plano Municipal de Saneamento Básico dos Municípios de: Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis por meio de produtos de fácil assimilação;</p> <p>Apontar, por meio de suas organizações sociais, onde se encontram as prioridades em saneamento nos Municípios anteriormente citados.</p>
Forma de relacionamento com o Consórcio	Fórum de discussão em E-mail: prsb.piabonha@gmail.com e Blog Spot: prsb-piabonha.blogspot.com.br , contendo difusão dos resultados dos estudos dos Planos Municipais de Saneamento Básico.
	Difusão de informações em murais informativos contendo resultados do Plano Municipal de Saneamento Básico em pontos de grande circulação da população, tais como postos de saúde, escolas, igrejas e outros.
	Reunião de trabalho de acordo com as demandas apresentadas.
	Participação em Eventos Abertos.

4 INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Os instrumentos de participação social apresentados a seguir terão como objetivo viabilizar a participação da população dos Municípios de: Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico dos referidos municípios. Tanto o poder público como os demais participantes desse processo, discutirão e avaliarão esses instrumentos durante os Seminários, conforme recomenda o Termo de Referência.

O Consórcio propõe o uso de duas formas de participação social:

1. **Participação Social Direta ou Representativa** - com a utilização de 01(um) Seminário nomeado Oficina de Trabalho por município, para consagrar o Diagnóstico através de coleta de dados e apresentar a comunidade o que consiste o PMSB; 01 (um) Seminário Técnico por município para apresentação da situação atual com as proposições elaboradas; 01 (uma) Audiência Pública Regional para validação do PMSB e Divulgação do PMSB final através do Blog.
2. **Participação Social Direta por meio do contato com Grupo Técnico Municipal (GTM) ou por meio do eletrônico.** Somado a estas ações, tem-se os recursos de comunicação (cuja linguagem empregada na veiculação da informação será apropriadamente formatada para os diferentes públicos, ressaltando a relevância do aspecto pedagógico relativo ao saneamento básico) que potencializarão a qualificação da participação social, com material informativo divulgando o andamento de todos os procedimentos na evolução da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

5 DIVULGAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO PMSB

A utilização de eventos foi escolhida devido ao caráter facilitador dos mesmos para participação social, levando-se em conta o elemento presencial dos vários atores envolvidos, possibilitando o esclarecimento de dúvidas e a manifestação de opiniões. Os eventos programados tem o objetivo de:

1. Apropriar os participantes de conhecimentos sobre o PMSB e da importância da participação da população tanto na fase de execução do Plano como na continuidade das ações para acompanhamento.
2. Informar aos participantes das atividades propostas nos eventos acerca da evolução da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;
3. Discutir os resultados obtidos em cada etapa e produzir produtos que auxiliem as próximas fases.

Apresenta-se a seguir a caracterização de cada evento, apontando:

- Período em que será realizado;
- Objetivos específicos;
- Resumo da metodologia utilizada;
- Instrumentos utilizados; e
- Produtos alcançados.

Durante os eventos haverá um trabalho junto aos participantes de forma a que as pessoas presentes possam se tornar agentes irradiadores do conhecimento sobre o PMSB e elementos de coleta de informações para desenvolvimento do Plano.

6 ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO

A divulgação será feita em conjunto com a Prefeitura, no intuito de informar a sociedade da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico para que junto com o Grupo Técnico (GT), possam formar parceria na multiplicação das informações.

Será utilizado como Instrumentos de Divulgação e Comunicação:

- CONVITES - Serão distribuídos, com 10 dias de antecedência, para as Secretarias, Ongs, Associações de Moradores e Sociedade Civil;
- CARTAZES - Em formato A3, serão colados nas escolas e postos de saúde para ampla divulgação dos eventos que serão realizados ao longo do Plano;
- BANNERS – Expostos previamente nas Prefeituras e nas datas dos eventos;
- CARRO DE SOM - Nos Municípios que tiverem disponibilidade do carro para divulgação do evento, percorrerá a cidade informando a data, hora e local que será realizado;
- SITE DA PREFEITURA - A Secretaria de Comunicação dos municípios deverão divulgar a exposição do Convite no Site da Prefeitura.

7 REALIZAÇÃO DOS EVENTOS

Na primeira reunião técnica as prefeituras indicaram os locais onde poderão ser realizados os Seminários e a Audiência Pública, que são:

Areal

Câmara Municipal

Praça Duque de Caxias, 39 - Centro, Areal – RJ.

Carmo

Centro Cultural Professor Jair Nunes Macuco

Praça Princesa Isabel, 92, Centro, Carmo, RJ.

(22) 2537-1300

São José do Vale do Rio Preto

Auditório da Escola Municipal Bianor Martins Esteves

Rua Coronel Francisco Limongi, 353, centro, S.J. V. do Rio Preto, RJ.

(24) 2224-7404

Sapucaia

Casa de Cultura

Endereço: Rua Fernando Mauro Janotti Silva, 130, Pátio da Estação, Centro, Sapucaia, RJ.

Telefone: (24) 2271-1413

Sumidouro

Câmara Municipal

R. 10 de Junho, 165, Sumidouro – RJ.

(22) 2531-1394

Teresópolis

Auditório da Prefeitura

Avenida Feliciano Sodré, 675, Várzea, Teresópolis, RJ.

(21) 2742-3352

8 METODOLOGIA DOS EVENTOS

8.1 1º SEMINÁRIO TÉCNICO

Seminário – Oficina de Trabalho	
Datas	Areal: 04/02/2014 Carmo: 07/02/2014 Sapucaia: 11/02/2014 Teresópolis: 13/02/2014 Sumidouro: 14/02/2014 São José do Vale do Rio Preto: 19/02/2014
Público	Representantes do Grupo Técnico da Consultoria-GT; Grupo de Acompanhamento-GA; Grupo Técnico Municipal-GTM; e Sociedade Civil Organizada-SCO;
Objetivo	<ol style="list-style-type: none">1. Apresentar e expor o Marco Legal de Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico (11.445/2007); além de conceitos básicos relacionados à prestação dos serviços de saneamento básico;2. Descrição do panorama geral de prestação dos serviços de Saneamento Básico nos Municípios de: Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis e o Plano de Trabalho.3. Coletar informações, características e particularidades de cada município;4. Debater com a comunidade de cada município as necessidades na infraestrutura do município, quanto aos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitária, drenagem urbana e manejo de águas pluviais;
Metodologia	01 Seminário será realizado em cada município citado; Duração de 03 horas, que será dividido em 02 momentos: 1º) Apresentação do PMSB - para atender os Objetivos 1, 2 e 3; 2º) Distribuição de Questionário - para atender o Objetivo 4.
Material Utilizado	Gravador; Computador; Pasta de Elástico; Canetas; Folha de Papel A4; Folder Informativo; Fita Adesiva; Máquina fotográfica e Buffet.
Instrumentos de Divulgação	Websites dos Municípios; Carro de som; Folder nos principais pontos dos Municípios; e Convites.

Produto	Documentação Fotográfica; Relatório contendo as observações da população; Listagem com a identificação das principais demandas e problemas do município; e Apontamento para o Diagnóstico.
---------	--

8.2 VISITA A CAMPO

Visita a Campo	
Período	De fevereiro a maio.
Público	Representantes do Grupo Técnico de Acompanhamento (GA), Grupo Técnico da Consultoria (GT), Grupo Técnico Municipal (GTM), Técnicos das Prestadoras de Serviço de Saneamento, Membros da Sociedade, podendo incluir também outros atores que possam contribuir para o Diagnóstico.
Objetivo	Obter dados para diagnóstico e hierarquização das metas dos serviços a serem executados.
Metodologia	A visita a campo terá a participação de representantes descritos no item “Público” e os locais serão identificados após a realização das Oficinas de Trabalho que sinalizarão as principais demandas.
Material Utilizado	01 Van com Motorista; GPS; e Máquina Fotográfica.
Produto	Documentação Fotográfica; e Dados para Diagnóstico.

8.3 2º SEMINÁRIO TÉCNICO

2º Seminário Técnico	
Período	Conforme cronograma
Público	Representantes do Grupo Técnico da Consultoria-(GT); Grupo de Acompanhamento- (GA); Grupo Técnico Municipal-(GTM) e Sociedade Civil Organizada-(SCO)
Objetivo	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar apresentação dos sistemas existentes concernente aos componentes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e de manejo das águas pluviais;2. Apresentar as prioridades da população moradora dos municípios de: Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis em termos de infraestrutura de saneamento básico;3. Expôr o planejamento com as proposições.
Metodologia	<p>01 Seminário Técnico realizado em cada município com duração de 03 horas.</p> <p>O Seminário será dividido em 02 momentos:</p> <ol style="list-style-type: none">1º) Apresentação e Exposição - para atender os objetivos anteriormente citados;2º) Discussão sobre os temas básicos apresentados no Seminário envolvendo os quatros componentes.
Material Utilizado	Banner Informativo, Mapas A0, filmadora, Máquina Fotográfica e Buffet.
Instrumentos de Divulgação	Encaminhamento de Convites Direcionados; e Websites dos Municípios e Secretaria de Estado do Ambiente-SEA.

8.4 AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública	
Período	Julho/2014 - A Audiência Pública será realizada após a elaboração e aprovação dos prognósticos.
Público	Aberto a toda a Sociedade: Representantes do Grupo Técnico da Consultoria-(GT); Grupo Executivo-(GE); Grupo Técnico Municipal-(GTM); Sociedade Civil Organizada-(SCO) e População em geral.
Objetivo	Realizar apresentação do Plano Municipal de Saneamento Básico dos Municípios de: Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis.
Metodologia	01 Audiência Pública com duração de 03 horas. Apresentar o Plano Municipal de Saneamento Básico, inclusive os relatórios, material informativo, material de divulgação e outros. A Audiência Pública será organizada contendo 02 (dois) Momentos: 1º) Exposição prévia do próprio Plano Municipal de Saneamento Básico dos Municípios 2º) Discutir o Plano e dirimir dúvidas.
Material Utilizado	Banner Informativo, Folder Informativo, Cavalete, Folha para Cavalete, Mapas A0, filmadora e Máquina Fotográfica.
Instrumentos de Divulgação	Websites dos Municípios e Secretaria de Estado do Ambiente (SEA); e Encaminhamento de Convites Direcionados.

9 AÇÕES ESPECÍFICAS DE MOBILIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Um plano de saneamento básico reúne características e planejamentos importantes para cada município que irá executá-lo, portanto, é de fundamental importância que a população tenha conhecimento dos objetivos que compõe um PMSB, como também possa dar sua contribuição, já que será a maior beneficiada das ações.

A participação social na definição de princípios e diretrizes de uma política pública de saneamento básico, no planejamento e no acompanhamento da sua execução e na sua avaliação, constitui-se ponto fundamental para democratizar o processo de decisão e implementação das ações de saneamento básico no município. Desta forma, as ações de divulgação, como os seminários, oficinas e audiência pública, são essenciais para expor, detalhadamente, o que vem a ser um plano de saneamento básico.

Grande parte das informações que constam no PMSB (características da população e dos municípios quanto à renda, domicílios, localização, infraestrutura, entre outras) é obtida através de fontes secundárias, como o IBGE, Datasus, SNIS e a ANA. Entretanto, certas peculiaridades dos municípios só são possíveis de se extrair das pessoas que convivem diariamente com aquela realidade, por isso, a participação popular é tão importante e necessária no andamento de todo o processo.

Na etapa final de construção dos PMSBs, ocorrerá a elaboração de produtos de comunicação, personalizados de acordo com as características de cada município, e que permitam uma maior participação da comunidade como, por exemplo, jornais informativos, anúncios em rádios, entre outros, que serão apresentados a seguir.

Esses produtos irão transmitir à comunidade o encaminhamento dos PMSBs, bem como prepará-la para usufruir das melhorias que este irá trazer para cada município. Em resumo, irá se trabalhar com 4 formas de comunicação, além daquelas listadas nos itens anteriores:

1. Rádio comunitária;
2. Jornais;
3. Assessorias de Imprensa;
4. Questionários.

9.1 COMUNICAÇÃO

Apesar do avanço de tecnologias nos meios de comunicação, o rádio ainda é utilizado por milhares de pessoas no mundo todo. Notícias importantes nos municípios são repassadas através do rádio e alcançam um grande número de ouvintes. Assim, um canal do PCMS é utilizar as rádios comunitárias, jornais e assessorias de imprensa de cada município para divulgar e atrair as pessoas cada vez mais para contribuir com o Plano de Saneamento Básico.

9.1.1 Rádios comunitárias

Da análise dos municípios integrantes do Plano Regional (Areal, Carmo, Sapucaia, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro e Teresópolis), pôde-se observar que todos possuem rádios comunitárias em seus territórios, fato que facilita a propagação de informações às comunidades. Assim, anterior à realização dos eventos, acontecerá a divulgação a respeito de sua realização, o que irá despertar o interesse para participar da construção do PMSB.

A Prefeitura de cada município será responsável por repassar as informações às rádios, uma vez que a aplicação dos PMSBs será diferente em cada cidade, respeitando as suas especificidades, a partir de boletins mensais produzidos pela Consultoria, e que serão entregues às assessorias de imprensa das Prefeituras. O conteúdo abordado nesses boletins abrangerá as fases em andamento dos planos municipais, bem como também irá apresentar os próximos passos.

A comunicação realizada diretamente com a população fará com que cada município tenha conhecimento do que irá ser planejados naquele local nos próximos 20 anos em termos de saneamento básico.

9.1.2 Jornais

Outra forma de comunicação bastante influente é o jornal. Por mais que tenha ocorrido um progresso quanto à mídia informativa, o jornal ainda é um bom meio de comunicação. A intenção é explorar ao máximo os meios de comunicação dos municípios, a fim de possibilitar uma maior mobilização e, por consequência, participação também.

O jornal a ser aplicado no final do PMSB, contará com os prognósticos constituídos a partir da primeira fase de elaboração dos PMSBs, onde serão apresentados os objetivos e metas

de universalização de cada localidade, apontando os programas, projetos e ações ocorrerão em cada componente que compõe o saneamento básico nos municípios. Gráficos e tabelas ilustrarão as metas e investimentos para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário (ver modelo em **Anexo II**).

É importante ressaltar que os jornais serão personalizados diferentemente para cada município.

9.1.3 Assessorias de imprensa dos municípios

Parceiras essenciais nesses processos de divulgação e proximidade com a comunidade serão as assessorias de imprensa dos municípios. As Prefeituras serão responsáveis por repassar as informações obtidas durante os seminários, eventos e audiência pública, a partir de boletins informativos, elaborados mensalmente pela Consultoria, e que irão resumir os acontecimentos na cidade acerca do processo de construção do PMSB.

Os boletins irão informar os principais eventos e ações que ocorreram em cada município, como também apresentará os resultados e impactos de cada um deles. Assim, quem não pôde estar presente nos eventos de mobilização, poderá acompanhar o que vem acontecendo na cidade. Serão informados ainda os objetivos e metas que estão sendo levantados, e que dará originalidade para os boletins de cada município, já que estes possuem demandas e características próprias. É de suma importância que a Prefeitura mantenha esse contato com a população, uma vez que esta se mostra institucionalmente, como titular dos serviços de saneamento básico.

As formas específicas de divulgação dos eventos em cada município estão apresentadas no quadro a seguir:

Municípios	Divulgação
Areal	Cartazes espalhados pelos principais pontos da cidade com convite para o evento; Divulgação no website da Secretaria de Meio Ambiente; Carro de Som circulando pelo município convidando a população para o evento;

	<p>Ofícios elaborados pela Prefeitura convidando:</p> <ul style="list-style-type: none">• Representante da AGEVAP;• Representante do Ministério Público;• Representantes Municipais - Câmara de Vereadores; e• Secretarias.
Carmo	<p>Cartazes espalhados pelos principais pontos da cidade com convite para o evento;</p> <p>Carro de Som circulando pelo município convidando a população para o evento;</p> <p>Ofícios elaborados pela Prefeitura convidando:</p> <ul style="list-style-type: none">• Representante da AGEVAP;• Representante do Ministério Público;• Representantes Municipais - Câmara de Vereadores; e• Secretarias.
São José do Vale do Rio Preto	<p>Cartazes espalhados pelos principais pontos da cidade com convite para o evento;</p> <p>Carro de Som circulando pelo município convidando a população para o evento; e</p> <p>Através da Assessoria de Imprensa do Município o convite também foi realizado pelas rádios locais, facebook, jornais e etc.</p>
Sapucaia	<p>Cartazes espalhados pelos principais pontos da cidade com convite para o evento;</p> <p>Convites aos representantes da CEDAE, Furnas, CEMBRA e Associação de Moradores;</p> <p>Carro de Som circulando pelo município convidando a</p>

	<p>população para o evento;</p> <p>Ônibus fornecido pela Secretaria Municipal de Esportes para transportar moradores das localidades mais afastadas (Volta do Pião e Jamapará); e</p> <p>A Prefeitura Municipal enviou também convites para o Ministério Público e da AGEVAP.</p>
Sumidouro	<p>Cartazes espalhados pelos principais pontos da cidade com convite para o evento;</p> <p>Carro de Som circulando pelo município convidando a população para o evento; e</p> <p>A Prefeitura Municipal enviou também convites para o Ministério Público e da AGEVAP.</p>
Teresópolis	<p>Cartazes espalhados pelos principais pontos da cidade com convite para o evento;</p> <p>Divulgação no website da Prefeitura Municipal.</p> <p>Através da Assessoria de Imprensa do Município foram enviados convites para:</p> <ul style="list-style-type: none">• Imprensa;• Rádios locais;• Associação de Associações de Moradores;• Associações de Moradores;• CONDEMA; e• CEDAE. <p>Além disto foram enviados também convites para o Ministério Público e da AGEVAP.</p>

9.2 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

Questionário é uma das melhores formas de coleta de informações. Quando aplicados da maneira correta, eles se tornam grandes aliados à obtenção de resultados, pois é um meio direto e de fácil manuseio por quem o está preenchendo.

O questionário se apresenta como uma oportunidade de conhecimento empírico dos municípios e facilitará a caracterização dos mesmos. Faz-se necessário que o questionário seja objetivo, de fácil compreensão e solicite informações simples, de modo que os usuários não apresentem grandes dificuldades enquanto os questionários estiverem sendo aplicados.

As informações solicitadas serão acerca do modo de abastecimento de água nas residências e logradouros, as principais deficiências do município quanto ao saneamento básico, como pode ser observado no exemplo de questionário para o município de Sumidouro (**Anexo III**).

Os questionários além de aplicados diretamente pela equipe do Consórcio durante os seminários, também foram disponibilizados para que alguns agentes sociais pudessem coletar informações de pessoas que não estavam presentes, aumentando desta forma a participação da população.

10 CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

Cronograma de Atividades											
Atividades	Descrição	Local	Meses								
			dez/13	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	
1 Reunião Técnica Areal Carmo Sapucaia São José do Vale do Rio Preto Sumidouro Teresópolis	Definição de estratégias e Visitas Técnicas	Prefeituras									
			10/12/2013								
			06/12/2013								
			16/12/2013								
			10/12/2013								
			06/12/2013								
			09/12/2013								
2 1º Seminário Técnico Areal Carmo Sapucaia São José do Vale do Rio Preto Sumidouro Teresópolis	Descrição do Plano e Coleta de Informações para o Diagnóstico. Nomeada Oficina de Trabalho	Câmara Municipal			04/02/2014						
		Centro Cultural			07/02/2014						
		Casa de Cultura			11/02/2014						
		Escola Municipal			19/02/2014						
		Câmara Municipal			14/02/2014						
		Auditório da Prefeitura			13/02/2014						
3 2º Seminário Técnico Areal Carmo Sapucaia São José do Vale do Rio Preto Sumidouro Teresópolis	Apresentação do Diagnóstico com as Proposições - Programas, Projetos e Ações	À definir com o Grupo Técnico Municipal									
4 Audiência Pública Areal Carmo Sapucaia São José do Vale do Rio Preto Sumidouro Teresópolis	Apresentação do PMSB	À definir com o Grupo Técnico Municipal									

11 ANEXOS

Anexo I – Atores Sociais Identificados:

AREAL

Município	Organização	Atores	Contato
Areal	Secretaria de Meio Ambiente	Júlio Galdino	(24) 2257-3919
	Fiscalização de Posturas	Geraldo Magela	vazgerald@hotmail.com
	SAAESA	José Tardelli	(24) 9 9963-7272
	Sec. Saúde	Roseane Lima	(24) 9 8849-1466
	Secretaria de Meio Ambiente	Lidiane de Barros Cardoso	(24) 9 8144-0016
	Casa do Idoso	Irene Pinheiro de Azevedo	(24) 9 8849-1466
	Secretaria de Ação Social	Cristiane Tardelli	(24) 9 9229-5697

CARMO

Município	Organização	Atores	Contato
Carmo	Secretaria de Obras	Pedro Elísio	(22) 2537-0501
	Secretaria de Obras	José Maria M. Reguini	(22) 2537-0509
	Coordenadoria PMCD	Maicon José Marques	maiconjmp@gmail.com
	Chefe VQA VISA	Mário Abreu Soares	(22) 2537-2509
	Secretaria de Meio Ambiente	Natália Ferreira	(22) 2537-0599
	EMATER	João Oliveira	(22) 2537-1936
	Defesa Civil	Sylvio Silva	(22) 9 8145-1817
	Secretaria de Meio Ambiente	Leila Moreira Silva	(22) 9 9272-5996

SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Município	Organização	Atores	Contato
São José do Vale do Rio Preto	Secretaria de Meio Ambiente	André Galdino	(24) 2224-1098
	Secretaria de Obras	Carlos de Oliveira Limongi	(24) 2224-7763
	Vigilância Sanitária	Marta Couto Reis	(24) 98803-2161
	Secretaria de Planejamento	Valério Lagreca Casamasso	(24) 2224-2477
	Vigilância Sanitária	Maria da Penha Barbosa	(24) 9 9220-5808
	Secretaria de Meio Ambiente	Alexandre de Souza Santos	(24) 3222-6781
	Secretaria de Meio Ambiente	Evandro Rento	(24) 2224-1098

SAPUCAIA

Município	Organização	Atores	Contato
Sapucaia	Associação de Moradores de Volta do Pião	Jessiane Leal	(24) 9 9255-3666
	Associação de Moradores de Volta do Pião	Jorge Rezende	(24) 9 9295-6885
	CRAS de Volta do Pião	Letícia Borges Pinto	(21) 3641-7928
	Associação de Moradores de Aparecida	Patrícia Siqueira	(24) 9 9285-6494
	Associação de Moradores de Jamaparã	Ivana ou José Ricardo	(32) 8827-5520
	CRAS Aparecida	Adriana C. Lopes	(24) 9 9261-0141
	Secretaria de Meio Ambiente	Alcilea F. Costa Curtez	(24) 9 9269-1323
	Secretaria de Comunicação	Maria José Pereira	(24) 2271-1911
	Secretaria de Obras	Fernando Santiago	(24) 9 9257-8453
	Secretaria de Meio Ambiente	Jorge Luis da Silva	(24) 9 9234-8102
	Secretaria de Meio Ambiente	Aline Veiga Rodrigues	(24) 2271-1089

SUMIDOURO

Município	Organização	Atores	Contato
Sumidouro	Secretaria de Meio Ambiente	César Tadeu Machado	(22) 2531-1494
	Prefeitura de Sumidouro	Gabriella Pinheiro	(22) 9 9264-4437
	Secretaria de Educação	Marcelo V. de Almeida	(22) 2531-1993
	Secretaria de Meio Ambiente	Vistor Gonçalves Corguinha	(22) 2531-1494
	Prefeitura de Sumidouro	Francisco Pinheiro Júnior	(22) 9 9276-1766
	FIOCRUZ	Marisa da Silveira Soares	(21) 9 9873-5942
	Vigilância Sanitária	Heliete Valente	(22)2531-2155

TERESÓPOLIS

Município	Organização	Atores	Contato
Teresópolis	Secretaria de Meio Ambiente	André de Mello	(21) 2742-3352
	CONDEMA	Antônio Nelson	(21) 9 9965-1298
	CONDEMA	Luis Penna Franca	lpfranca@ig.com.br
	Rádio Brasil Rural	Rosayni Batalha	(21)98701-8888
	Secretaria de Meio Ambiente	Leandro Coutinho	
	Associação de Moradores Quebra Frascos	Zé Waitz	(21) 9 9846-2598
	Secretaria de Meio Ambiente	Vivian Teles	(21) 9 82700119
	RPPN Fazenda Suspiro	Antônio Nelson Pinheiro	(21) 9 93992670
	Federação das Associações de Moradores e Entidades Associativas do Município de Teresópolis	Antônio Carlos R. Vieira	(21) 9 93417159
	Secretaria de Comunicação	Silvia Pimentel	(21) 3641-5507
	Associação de Moradores e Amigos da Granja Guarani	David Miller	(21) 2642-4196
ATMAV Leões da Serra	Paulo Nei da Silva	(21) 7443-4822	

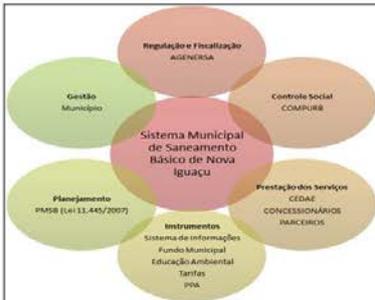
Anexo II – Jornal Final (Modelo)

PMSB INSTITUCIONAL

PROGRAMA GESTÃO INSTITUCIONAL DO SANEAMENTO BÁSICO

O programa *Gestão Institucional* objetiva fornecer suporte para a sustentabilidade da prestação dos serviços. A gestão institucional se encontra entre os pilares da Lei nº 11.445/2007, notadamente seus principais instrumentos, o planejamento, a regulação e o exercício da titularidade que, exigirão dos atores setoriais, estrutura técnica e operacional.

Isto mudará a forma de atuação das entidades que coordenam as ações no setor. Este é o caso do Cedae, que ao mesmo tempo, presta, planeja e regula os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Neste novo ambiente, O município assume um papel fundamental de elaborar e executar as políticas públicas do setor.



Projeto Regulação Compartilhada

Outra medida de grande relevância para Nova Iguaçu será a regulação da prestação dos serviços, exigência obrigatória da Lei nº 11.445/2007. A regulação deverá ser exercida de forma compartilhada entre a Agensersa e o Município. Neste sentido, Nova Iguaçu poderia colaborar com a regulação recebendo reclamações, fiscalizando e normalizando a prestação dos serviços.

Política Municipal de Saneamento Básico

Um dos principais projetos deste programa é a Política Municipal que instituirá o Sistema Municipal de Saneamento Básico, que compreende o arranjo institucional com todas as funções relacionadas à gestão e ao gerenciamento dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, definindo os papéis dos atores setoriais e os instrumentos de execução da política. O sistema também abrange os serviços de manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais.

Contrato com a CEDAE

Com base no presente PMSB, o contrato entre Nova Iguaçu e a CEDAE deverá ser revisado, além de ser adaptado à Lei nº 11.445/2007. Assim, os investimentos previstos no PMSB deverão constar como anexo do novo contrato e serão objeto de fiscalização do Município e da Agência Reguladora.



ENCIBRA S.A.
Estudos e Projetos de Engenharia



PMSB PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NOVA IGUAÇU

O PMSB de Nova Iguaçu, componentes abastecimento de água e esgotamento sanitário, tem como objetivo primordial atender as diretrizes nacionais para o setor, estabelecidas na Lei Federal nº 11.445/2007.

Em consonância com o art. 19, Incisos I a V, da referida lei, o PMSB apresenta o diagnóstico técnico e operacional dos sistemas de saneamento básico; os objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização; programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas;

ações para emergências e contingências e mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações. Diante do exposto, a iniciativa de elaboração do PMSB se insere no propósito do Governo Municipal de Nova Iguaçu, apoiado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEA, INEA e Cedae, além do Comitê de Bacia da Bacia de Guanabara, e com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em buscar continuamente o acesso universalizado ao saneamento básico a todos os municípios.

PMSB DIAGNÓSTICO

Abastecimento de Água

Em Nova Iguaçu há cerca de 167 mil ligações de água (SNIS 2011), cujos serviços são operados pela CEDAE por meio de contrato de concessão assinado em 2004. Nova Iguaçu faz parte do sistema integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Entre os principais problemas encontrados no sistema estão as perdas, o baixo índice de hidrometração e a descontinuidade no fornecimento de água. Os serviços são cobrados por meio de tarifas.



ETA Guandú

Esgotamento Sanitário

O esgotamento sanitário em todas as suas etapas (coleta, tratamento e disposição final) atende apenas 37 mil habitantes. São 7 pequenas estações tratamento de esgotos, cuja operação é realizada pela Prefeitura Municipal. Não há cobrança pela prestação destes serviços.

Os demais municípios despejam seus esgotos in natura nos corpos d'água ou possuem sistemas individuais por fossa séptica ou rudimentar.



ETE São Francisco de Paula

Prognóstico ÁGUA

No prognóstico são apresentadas as proposições para a melhoria e ampliação do abastecimento de água, em termos de programas, projetos e ações, com vistas à universalização do horizonte de 20 anos.

Os investimentos previstos de R\$ 123,5 milhões até 2032 preveem aumento na produção de água, execução de novas adutoras, reservatórios e ligações, com pressão disponível adequada na rede e fornecimento contínuo de água. Além disso, haverá melhoria na qualidade da água distribuída. A principal premissa do Programa de Água é a redução de perdas por meio da hidrometração e setorização da rede.

O quadro a seguir mostra as metas de abastecimento de água de atendimento, hidrometração e redução de perdas, a ser alcançada pela Cedae. Tais metas serão fiscalizadas pelo Município e por uma Agência Reguladora.

Índice	Índice de Atendimento %	Hidrometração (IN009/SNIS) %	Perdas (%)
2013	93,7	45,4	44
2017	100	60	44
2022	100	80	35
2032	100	100	30



ETAPA 1 – Curto Prazo (2013-2017)		ETAPA 2 – Médio Prazo (2018-2022)		ETAPA 3 – Longo Prazo (2023-2032)	
Item	Quantidade	Item	Quantidade	Item	Quantidade
Rede distribuidora (m)	56.852	Rede distribuidora (m)	17.922	Rede distribuidora (m)	37.024
Ligações prediais (lig.)	14.578	Ligações prediais (lig.)	4.595	Ligações prediais (lig.)	9.494
Hidrometração (hid.)	116.438	Hidrometração (hid.)	158.924	Hidrometração (hid.)	208.151
Reservatórios (m³)	35.000	Reservatórios (m³)	10.000	Reservatórios (m³)	-
Investimentos (R\$)	63.815.367,25	Investimentos (R\$)	29.228.563,41	Investimentos (R\$)	30.441.685,86
		Investimento total (R\$)		123.485.616,52	

Prognóstico ESGOTO

O prognóstico de esgotamento sanitário, prevê implantação dos subsistemas de Ipiranga (curto prazo), Botas (médio prazo) e Iguaçu (longo prazo). Esta prevê a implantação de 3 Estações de Tratamento de Esgotos, além de Estações Elevatórias, redes e coletores-tronco. Estão previstos investimentos em esgotamento sanitário de R\$ 1,46 bilhões de reais até o ano de 2032.



ETAPA 1 – Curto Prazo (2013-2017)		ETAPA 2 – Médio Prazo (2018-2022)		ETAPA 3 – Longo Prazo (2023-2032)	
Item	Quantidade	Item	Quantidade	Item	Quantidade
Implantação do subsistema Ipiranga		Implantação do subsistema Botas		Implantação do subsistema Iguaçu	
Rede coletora (m)	1.002.400	Rede coletora (m)	1.279.000	Rede coletora (m)	673.200
Ligações prediais (lig.)	52.456	Ligações prediais (lig.)	120.320	Ligações prediais (lig.)	61.886
Linha de recalque (m)	7.750	Linha de recalque (m)	100	Linha de recalque (m)	9.145
ETE (l/s)	550	ETE (l/s)	1.150	ETE (l/s)	600
Investimentos (R\$)	406.487.473,28	Investimentos (R\$)	658.813.792,89	Investimentos (R\$)	393.069.389,34
		Investimento total (R\$)		1.458.370.653,51	



Anexo III – Questionário

QUESTIONÁRIO - MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Nome _____

Endereço _____

Município _____ Bairro _____ CEP _____

Quanto tempo reside nessa localidade? _____

1. ÁGUA

CEDAE () Pipa () Bica Coletiva () Poço () Outros _____

Você limpa sua cisterna e ou cx d'água? Sim () Não () Quantas vezes por ano? _____

Hidrômetro Sim () Não ()

2. ESGOTO

Rede () Fossa Séptica () Fossa Seca () Vala/Rua () Rio/Mangue ()

O esgoto da sua casa é ligado na rede de esgoto ou de drenagem? _____

3. DRENAGEM

Existe rede de drenagem na sua rua? Sim () Não ()

Possui ralo, grelha ou boca de lobo? Sim () Não ()

Sua rua tem problemas de enchente? Sim () Não () eventualmente () frequentemente ()

Existe algum rio com problemas na sua região? Sim () Não () nome do rio _____

Existe algum problema de área de risco na sua região? Sim () Não () onde _____

Sua rua é pavimentada? asfalto () paralelo () concreto () outros _____

QUANTO AOS CONHECIMENTOS NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO

1. Quem o (a) sr (a) acredita que é o principal responsável pelos serviços na área de saneamento básico?

- Governo Federal
- Governo Estadual / Estado
- Governo Municipal / Prefeitura
- Empresas privadas
- CEDAE
- Não sabe / Não lembra

2. Destas áreas, escolha 5 (cinco) com que o município está tendo maiores problemas.

	Abastecimento de água
	Calçamento e pavimentação
	Coleta de lixo
	Crescimento da população
	Drogas
	Educação
	Emprego
	Esgoto
	Habitação
	Iluminação pública
	Lazer
	Limpeza pública
	Meio ambiente
	Ocupação desordenada
	Saúde
	Segurança
	Trânsito
	Transporte coletivo
	Nenhuma destas

3. Marque com "x" 5 (cinco) serviços de saneamento básico que o(a) sr(a) julga mais urgentes.

	Abastecimento de água
	Aterros sanitários/ lixões
	Canalização de córregos
	Coleta de lixo
	Coleta do esgoto
	Estações de tratamento de água
	Limpeza de bueiros / boca de loco
	Limpeza pública/ ruas/ praças
	Pavimentação/ reforma de ruas/ calçadas
	Prevenção de enchentes
	Retirada de entulhos das ruas e áreas abandonadas
	Tratamento do esgoto
	Outros
	Nenhum
	Não sabe

4. O (a) sr (a) acredita que investimentos na área de saneamento podem beneficiar outras áreas? Se sim, marque as opções que, em sua opinião, podem ser beneficiadas com investimento na área de saneamento básico.

	Sim	Não	Não sabe
Educação			
Geração de empregos			
Habitação			
Lazer			
Meio ambiente			
Saúde			
Segurança			
Turismo			
Não sabe			
Nenhuma			

5. O (a) sr (a) acredita que a falta de saneamento básico pode causar algum prejuízo? Se sim, marque as opções que, em sua opinião, podem refletir em consequências negativas em função da falta de saneamento básico.

	Sim	Não	Não sabe
Acumulo de sujeira nas ruas			
Contaminação do solo			
Desvalorização imobiliária			
Doenças/ Problemas de saúde			
Enchentes			
Entupimento			
Mau cheiro/ Cheiro ruim			
Poluição de rios			
Presença de insetos/ moscas / mosquitos			
Presença de ratos			
Outros			
Não sabe			
Nenhuma			

6. O(a) sr(a) acredita que a falta de saneamento básico pode causar algum prejuízo à saúde do homem? Se sim, marque as doenças que, em sua opinião, podem estar relacionadas.

	Sim	Não	Não sabe
Alergia			
Cólera			
Dengue			

	Diarreia
	Doença de pele
	Esquistossomose
	Febre
	Hepatite A
	Infecção nos olhos
	Leptospirose/ Doença de rato
	Não causa doenças
	Problemas respiratórios
	Verminose
	Virose
	Vômito
	Outros
	Não sabe

QUANTO À SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

7. Marque as opções de serviços de saneamento que existem na sua rua:

Existe	Não existe	Não sabe	Serviço
			Coleta de lixo
			Abastecimento de água
			Água tratada
			Coleta do esgoto
			Retirada de entulhos das ruas
			Tratamento do esgoto
			Limpeza de bueiros / boca de lobo

8. O seu esgoto do banheiro ou sanitário de sua casa é ligado a:

	Rede pública
	Fossa séptica
	Fossa rudimentar
	Vala
	Direto no rio
	Direto no córrego
	Sumidouro
	Não sabe

9. Indique o grau de sua satisfação com os serviços públicos de saneamento básico.

Abastecimento de água

- Totalmente satisfeito
- Satisfeito
- Nem satisfeito, nem insatisfeito
- Insatisfeito
- Totalmente insatisfeito

Esgotamento sanitário

- Totalmente satisfeito
- Satisfeito
- Nem satisfeito, nem insatisfeito
- Insatisfeito
- Totalmente insatisfeito

Coleta e manejo dos resíduos sólidos

- Totalmente satisfeito
- Satisfeito
- Nem satisfeito, nem insatisfeito
- Insatisfeito
- Totalmente insatisfeito

Drenagem de águas pluviais urbanas

- Totalmente satisfeito
- Satisfeito
- Nem satisfeito, nem insatisfeito
- Insatisfeito
- Totalmente insatisfeito

10. O senhor acredita que os serviços de saneamento básico precisam de melhorias? Se sim, marque, em sua opinião, as ações que poderiam ser adotadas para melhorar estes serviços.

Sim

Não

<input type="checkbox"/>	Cobrar mais das autoridades
<input type="checkbox"/>	Colocar o lixo nas ruas no somente no dia/ horário da coleta
<input type="checkbox"/>	Eleger prefeitos, vereadores e deputados mais qualificados
<input type="checkbox"/>	Exigir o serviço em locais onde ele não existe
<input type="checkbox"/>	Fazer a separação do lixo para reciclagem
<input type="checkbox"/>	Fazer por conta própria a ligação da casa onde mora ao sistema de esgoto
<input type="checkbox"/>	Fiscalizar o serviço prestado
<input type="checkbox"/>	Informar a Prefeitura sobre problemas nesses serviços
<input type="checkbox"/>	Instruir a população de como tratar o lixo
<input type="checkbox"/>	Mobilizar a comunidade/ moradores do bairro para cobrar melhorias
<input type="checkbox"/>	Não jogar lixo na rua/ na boca do lobo
<input type="checkbox"/>	Participar de debates sobre o assunto na Prefeitura
<input type="checkbox"/>	Varrer a calçada/ limpeza nas ruas
<input type="checkbox"/>	Outros
<input type="checkbox"/>	Não / nada / nenhuma
<input type="checkbox"/>	Não sabe